

CUT



FUP

# JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXX | Nº 1338 | de 26/10 a 09/11/2014

## A verdade venceu o ódio e a mentira!

Na campanha eleitoral mais disputada e de mais baixo nível da história da democracia brasileira, Dilma Rousseff driblou as mentiras e o ódio para se reeleger Presidenta da República.

PÁG. 3



[WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR](http://WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR)





## Petrobrás tenta manobra no TST para reverter rumo das ações da RMNR

Por requisição da Petrobrás, aconteceu na terça-feira (28) uma audiência de conciliação e instrução na sede do Tribunal Superior do Trabalho TST, em Brasília, relativa às ações movidas pelos petroleiros que objetivam o pagamento do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR) no valor equivalente ao adicional de periculosidade e outros adicionais a partir de 2007, quando o benefício foi implementado em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Todos os sindicatos de petroleiros do país e suas respectivas assessorias jurídicas participaram da sessão no TST.

As ações têm sido favoráveis aos petroleiros depois que a Seção de Dissídios Individuais (SDI) julgou procedente o pleito. A Petrobrás, por sua vez, entrou com pedido de dissídio coletivo jurídico e usou como principais argumentações durante a audiência a tese de que a norma que busca a interpretação da RMNR é celebrada em negociações coletivas desde 2007, o fato de

as ações surgirem apenas em 2010 e que o órgão competente para julgar a matéria seria a Seção de Dissídios Coletivos (SDC) e não a SDI.

A FUP e os sindicatos filiados entendem que o julgamento do mérito da ação é sim de competência do SDI por se tratar de ações individuais ou individuais homogêneas e que não caracterizam grave conflito, como greves, por exemplo, essas sim ao encargo da SDC.

A defesa da FUP foi feita pelo advogado Jorge Normando Rodrigues, que declarou que a ação da Petrobrás foi preparada ao logo de bastante tempo e, por isso, as entidades sindicais não puderam elaborar suas propostas de conciliação frente ao curto prazo da comunicação da realização da sessão. Normando requereu a suspensão da audiência de conciliação para que as entidades possam formular suas teses, cujo pedido foi acatado.

O ministro vice-presidente do TST, Ives Gandra Martins Filho, fez reuniões separadamente com representantes da Petrobrás e dos sindicatos. Verificou que há boa vontade das partes no sentido

de se chegar a uma solução conciliada para o dissídio frente a interpretação e sentido da norma coletiva referente à RMNR.

Ives Gandra determinou o prazo até 14 de novembro para que os sindicatos façam sua defesa e até o dia 18 para que a empresa apresente sua proposta, a ser avaliada pela categoria. O ministro registrou em ata que vai solicitar ao ministro-presidente do TST, Barros Levenhagen, a suspensão temporária do julgamento das ações individuais por um mês.

**A FUP e os sindicatos filiados entendem que o julgamento do mérito da ação é sim de competência do SDI por se tratar de ações individuais e que não caracterizam grave conflito**

### ➔ APOSENTADOS

## Conselho Deliberativo da Petros frustra milhares de aposentados e pensionistas ao adiar decisão sobre pagamento dos níveis



Em reunião realizada quarta-feira, 22, para definir a implementação do acordo pactuado pela Petrobrás com a FUP e seus sindicatos de pagamento dos três níveis (2004, 2005 e 2006) devidos aos aposentados e pensionistas, o Conselho Deliberativo da Petros adiou a decisão, alegando necessitar de "pareceres técnicos que demonstrem as vantagens financeiras diretas e indiretas em relação ao acordo". A maioria dos conselheiros deliberou por manter o assunto em pauta. O diretor da FUP e conselheiro eleito, Paulo César Martin, foi o único que votou contra esse encaminhamento, destacando em ata que "a demora na implementação deste acordo acarreta mais prejuízo para o Plano, visto que, mais e mais assistidos continuarão ingressando com processos judiciais o que aumentará o passivo do Plano Petros".

Em seu voto, Paulo César deixou claro que o item em pauta na reunião de deliberação do Conselho é "o cumprimento de um acordo coletivo celebrado entre os participantes e as patrocinadoras do Plano Petros" e que, portanto, "o Conselho Deliberativo ao não aprovar nesta reunião a implementação do acordo e o consequente pagamento dos níveis, está se posicionando contra a vontade dos participantes e das patrocinadoras signatárias do citado acordo".

Para a FUP e seus sindicatos, a decisão do Conselho Deliberativo da Petros de não aprovar imediatamente o pagamento dos níveis, além de prejudicar mais de 34 mil aposentados e pensionistas, é um claro descumprimento de acordo legitimamente pactuado com a Petrobrás e suas subsidiárias, que são as patrocinadoras do Plano Petros. Fica também evidente para a categoria que a Petrobrás não envidou os esforços necessários para que o acordo fosse aprovado no Conselho Deliberativo da Petros, cuja decisão é centrada nos votos dos conselheiros indicados pela empresa.



➔ ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

# Dilma supera campanha de ódio e mentiras para se reeleger presidenta do Brasil

A eleição presidencial deste ano foi a mais disputada da história do país. Pouco mais de 3% dos votos válidos, ou cerca de 3,4 milhões de votos, separaram a presidenta reeleita Dilma Rousseff (PT) do candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB). Outro fato histórico marcou a eleição, dessa vez bastante negativo e prejudicial à democracia: nunca se viu uma campanha de nível tão baixo. Nos debates na televisão a tônica foi deixar de lado o propositivo para priorizar a troca de acusações. Dilma citava os escândalos do governo de FHC, como as privatizações e engavetamento dos casos de corrupção; os desvios na área da saúde em Minas Gerais; a crise hídrica em São Paulo e os investimentos milionários em um aeroporto em propriedade de parentes e próximo às terras da família Neves. Do outro lado, insistência cansativa nas acusações envolvendo a Petrobrás, cujos depoimentos que vieram à tona ainda não foram devidamente apurados; questionamentos sobre os rumos da economia e obstinação às denúncias de corrupção.

O denunciamento exacerbado foi amplificado pela mídia e resultou em uma campanha de ódio e preconceito, antes e depois do processo eleitoral. Preconceito, xenofobia e ódio tomaram as redes sociais. A boataria sempre foi embasada nas notícias veiculadas pelos grandes meios de comunicação, que saem da campanha ainda mais derrotados do que o próprio candidato da oposição. Exemplos da adesão escancarada a Aécio Neves não faltaram. O

jornalista Fernão Lara Mesquita, herdeiro do jornal “O Estado de São Paulo”, foi flagrado em um ato pró-Aécio três dias antes da eleição caminhando pelas ruas da capital paulista com um cartaz escrito “Foda-se a Venezuela”.

A Folha de São Paulo, rival comercial do Estadão, porém aliada no campo político, não passou em branco na campanha. Muitos de seus colunistas declaram explicitamente e implicitamente a preferência eleitoral pelo tucano. Entretanto, quando o jornalista e escritor Xico Sá, que mantinha um blog diário do site Follha, redigiu um texto onde mostrava a opção de voto por Dilma e as razões da decisão, foi arbitrariamente censurado pela direção do Jornal. Xico pediu demissão.

As posturas dos jornais foram reprováveis e dignas de repúdio da sociedade, mas a ação mais sorrateira e infame foi mesmo da maior revista de circulação nacional, a Veja. A publicação tentou um golpe às vésperas da eleição presidencial. Antecipou sua tiragem semanal em um dia e estampou na capa os rostos do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff num fundo preto. A manchete “Eles sabiam de tudo” fazia referência a uma suposta declaração do doleiro Alberto Youssef, investigado na operação Lava Jatto da Polícia Federal (PF), que apura denúncias de corrupção na Petrobras. O vazamento do depoimento de Youssef também virou alvo de investigação da PF. A postura partidária da Veja ficou ainda mais



No primeiro discurso após reeleição, presidenta disse que vai priorizar a reforma política

escancarada com a outra chamada na mesma capa que, em tamanho muito menor, tentou atenuar a crise hídrica de São Paulo, estado governado pelo PSDB. O ator e escritor Gregorio Duvivier, em artigo publicado na Folha, foi preciso na avaliação das eleições: “No Estado do PSDB, São Paulo perdeu. Digo: no Estado de São Paulo, o PSDB ganhou. O eleitor paulista aprova Alckmin e rejeita Haddad, provando que ele abre mão da água, mas não abre mão do carro. O “Estadão” perdeu o dono na passeata. A Folha perdeu Xico Sá. A “Veja” se perdeu por completo”, analisou.

Apesar de toda campanha baixa da mídia, Dilma saiu vitoriosa. Resultado do engajamento dos militantes e dos movimentos sociais. Os petroleiros declararam apoio à reeleição da presidenta no XIV Congresso Nacional da FUP, ocorrido entre 14 e 17 de agosto, em Natal-RN, e agora, passada as eleições, é hora de cobrança. A vitória

apertada sinaliza o quanto o ambiente político nacional é de disputa. Isso impõe ao movimento sindical e aos trabalhadores o exercício de

uma sabedoria política na manutenção da prática de pressionar por mudanças necessárias, sem abrir brechas para o retrocesso.

## Reforma política e regulamentação da mídia

Em seu primeiro discurso após o anúncio da vitória do segundo turno, Dilma prometeu executar com prioridade a reforma política, alvo de um plebiscito popular antes do primeiro turno protagonizado pelos movimentos sindicais e sociais. Financiamento privado e empresarial de campanhas políticas são focos de corrupção que precisam ser combatidos. Estimativa aponta que foram gastos R\$ 74 bilhões na campanha eleitoral 2014 - equivalente a três Copas do Mundo ou mil hospitais públicos com equipamentos de última geração, além dos gastos de todos esses hospitais por um ano, incluindo salários.

Outro compromisso assumido por Dilma é a regulamentação da mídia. A presidenta disse em entrevista ao SBT no dia 28/10 que não irá regulamentar a mídia “no sentido de interferir na liberdade de expressão”, mas defendeu uma regulação do setor. “Sou de uma época que vivi sob a ditadura e sei o valor da liberdade. Mas como setor econômico, porque a mídia não é só setor cultural, vamos discutir uma regulação, mas antes de fazer vamos discutir muito”, afirmou.

A imoralidade da mídia durante a campanha remete à famosa frase do jornalista e editor estadunidense Joseph Pulitzer: “Com o tempo, uma imprensa cínica, mercenária, demagógica e corrupta formará um público tão vil como ela mesma”.



